



**11ª Jornada Científica e  
Tecnológica do IFSULDEMINAS**

**& 8º Simpósio de  
Pós-Graduação**

## **INSTITUTOS FEDERAIS E CEFET-MG-MG: a relevância de ação no desenvolvimento territorial local**

**Eli F. T TOLEDO\*; Matheus L. de ANDRADE<sup>1</sup>; Lucas M. BARBOSA<sup>2</sup>; Giovanna M. RAMOS<sup>3</sup>**

### **Resumo**

As unidades federais de educação profissional e tecnológica possuem relevância centenária no processo de aprendizagem o território brasileiro. Desde o programa de formação e espraiamento dos Institutos Federais por todas as unidades federativas, a partir de 2008, as ações dessas unidades são de fundamental relevância para o Desenvolvimento Territorial Local dos municípios que os hospedam. O presente trabalho procura discutir que mesmo sendo uma política pública de nível federal (*top down*) as unidades federais de educação profissional e tecnológica incrementaram e dinamizaram rapidamente elementos e atores locais para o desenvolvimento territorial.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica – Desenvolvimento Territorial Local – pequenos e médios município – Observatório da Educação Profissional e Tecnológica

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho faz parte do Observatório da Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais coordenado pelo IFMG, o Observatório visa compreender e fortalecer a ação dos Institutos Federais e do Cefet-MG no território mineiro, compartilhando informações, dados e experiências das unidades participantes. O grupo de trabalho no *campus* de Poços de Caldas é composto por um pesquisador bolsista e três alunos bolsistas vinculados a Licenciatura em Geografia da mesma unidade.

### **2. MATERIAL E MÉTODO**

A pesquisa aqui desenvolvida pautou-se na revisão bibliográfica de temas referentes ao desenvolvimento local/territorial e o papel da educação profissional nas localidades, além da pesquisa em fontes secundárias através dos sites das unidades da rede federal de educação profissional e tecnológica presentes no estado de Minas Gerais .

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Como elucidação teórica utiliza-se no presente texto a expressão Desenvolvimento

\* Professor EBTT no IFSULDEMINAS- Poços de Caldas e pesquisador bolsista do Observatório da Educação Profissional e Tecnológica do IFMG, [eli.toledo@ifsuldeminas.edu.br](mailto:eli.toledo@ifsuldeminas.edu.br) ; 1 – Bolsista e aluno da Licenciatura em Geografia no IFSULDEMINAS, [matheusgsmer@gmail.com](mailto:matheusgsmer@gmail.com) ; 2 - Bolsista e aluno da Licenciatura em Geografia no IFSULDEMINAS, [lucasmisaelbarbosa@hotmail.com](mailto:lucasmisaelbarbosa@hotmail.com) ; 3 - Bolsista e aluna da Licenciatura em Geografia no IFSULDEMINAS, [giovanna.mramos@hotmail.com](mailto:giovanna.mramos@hotmail.com)

Territorial, pois ao se incorporar o conceito geográfico “Território” denota-se a importância das políticas públicas e da presença do Estado no espaço pesquisado, aqui especialmente tratando das ações educacionais que se materializam nos territórios municipais e, conseqüentemente, dentro do espaço territorial de Minas Gerais (PIRES, 2016). Portanto, ao se instalar um procedimento que se almeja trazer vantagens socioeconômicas na busca de desenvolvimento no espaço, as várias escalas de poderes políticos, sociais e econômicos são ativadas de alguma forma configurando o conceito de Território (BARQUERO, 2002).

O conceito de Desenvolvimento Territorial, Regional e Local passou por diversas construções, reconstruções e leituras desde a década de 1930, quando os estados nacionais de influência *keynesiana* passaram a manejar políticas de intervenção na economia e territórios nacionais, sempre recordando que essas políticas desenvolvimentistas eram utilizadas para restabelecer os países de crises, bem como apressar etapas de evolução socioeconômicas, especialmente em nações subdesenvolvidas.

A partir dos anos 1970, os países enfrentaram um quadro fiscal que impossibilitou a continuidade de políticas intervencionistas centralizadoras de grande alcance territorial (*top-down*), em decorrência disso, as políticas de desenvolvimento ganharam uma nuance de responsabilidade mais regional e local (atitudes *botton-up*) (BENKO, 1996). Desse modo, os atores dos territórios locais (poder público, empresas privadas, cooperativas, associações, sindicatos e instituições de ensino) passaram a criar alternativas para atração de investimentos, criação de novas opções para a economia local e o fortalecimento, diferenciação e qualificação da mão de obra endógena.

As políticas do governo central e estadual não foram suprimidas, mas ganharam contornos de conduta regulatória e indutiva, além de programas efetivos nacionais nas áreas da educação e saúde. Como exemplo, pode-se verificar o programa de criação e expansão dos Institutos Federais e Cefet-MG, os quais são ligados e pertencentes à esfera de atuação federal. A legislação dessas unidades educacionais é claramente destinada ao avigoreamento do desenvolvimento regional e local, seja pela qualificação da mão de obra, ações de extensão, formação de professores e realização de pesquisas, as quais envolvam a economia regional/local (ALVES; NETO, 2008).

Essas unidades com princípio de incremento socioeconômico local possui um ambiente híbrido de gestão, pois são administradas de modo *top-down*, entretanto, foram legalmente arquitetadas para o robustecimento socioeconômico do território local. É considerável ressaltar que territórios são diversos e suas territorialidades, também, se constituem de modo único. Sendo assim, a necessidade em pesquisar, compreender e equilibrar a relação da gestão federal com a configuração do território local é tarefa do Observatório da Educação Profissional e Tecnológica.

A defesa pela manutenção e existência das unidades educacionais federais no território

nacional é basilar no atual projeto, pois a maioria dos estados e, especialmente os municípios brasileiros não possuem receitas para a criação e manutenção de instituições educacionais com excelência, nos moldes do Cefet-MG, Institutos Federais e Colégio Pedro II (lei 11.892/2008). O Observatório ambiciona trazer luz a gestão que envolve de modo vertical as escalas públicas e de modo horizontal os atores regionais e locais com a intenção dos recursos financeiros, das políticas e da produção de conhecimento se tornem mais eficientes para o Desenvolvimento Territorial Local (BUENO, 2015).

As políticas verificadas para as unidades de educação profissional, nos últimos anos, foram e são de atrelamento dos cursos, extensão e pesquisas com as potencialidades econômicas dos territórios locais e regionais, tais como Arranjos Produtivos Locais, *Clusters* ou aglomerações produtivas em processo de coagulação produtiva. Essa postura é de assertividade lógica, pois a potencialização de projetos socioeconômicos já existentes é motivo de aceleração de qualquer desenvolvimento territorial.

Através da revisão bibliográfica ficou demonstrado que várias iniciativas de políticas, relacionadas ao desenvolvimento territorial, foram tomadas e capitaneadas por entidades nos níveis federal e estadual, entre eles o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços que em 2004 criou o GTP-APLs (Grupo de Estudos permanente em APLs), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) que criou, em 2008, o Núcleo Gestor de APLs (NG-APLs) (OLIVEIRA; MARTINELLI, 2014); todos com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist); BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Sebrae – MG, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e UFMG. Portanto, muitas alternativas foram criadas para articular as várias esferas do poder público no intuito de descobrir, classificar e mapear Arranjos Produtivos Locais em Minas Gerais. Mas essas pesquisas, mesmo com todos os avanços proporcionados padecem de constância, financiamento e engajamento de muitos atores envolvidos.

A construção teórica, classificação e definição de Arranjo Produtivo Local é incerta e repleta de variações, ao se analisar os mais de “30 APLs” designados pelos estudos, muitos são frágeis aglomerações, sendo que as articulações produtivas intra APLs denotam baixa capacidade para promover o desenvolvimento idealizado. Nunca é demais recordar que a geografia urbana de Minas Gerais se configura de pequenos municípios, majoritariamente, por conseguinte esses núcleos urbanos sofrem pela falta de recursos financeiros, burocráticos e de infraestrutura básica. Soma-se a esse quadro a discrepância socioeconômica e natural das regiões do estado de Minas Gerais, retratando áreas com enorme potencial socioeconômico e outras com recursos pouco ativados pela

carência de infraestrutura elementar.

Os 5 Institutos Federais e o Cefet-MG, presentes no território mineiro, têm por dever, integrar os estudos articulados com o governo federal e estadual no propósito de aproveitar as vocações econômicas já existentes, entretanto as unidades de educação profissional e tecnológica possuem outras funções nos territórios locais, as quais são tão importantes, ou mais que somente ficar atrelada aos possíveis APLs, já que a falta de constância dos estudos e a fragilidade de muitos APLs podem indicar em análises mais incautas a irrelevância das unidades federais de educação se não estiverem amparando APLs.

#### **4. CONCLUSÕES**

A identificação das necessidades básicas da população dos municípios de pequeno porte em Minas Gerais, já é um fator para a atuação direta de uma unidade educacional federal. O envolvimento com a problemática em um território é a base para o início de um processo de Desenvolvimento territorial local de caráter endógeno (*bottom-up*). O envolvimento de escolas federais em um espaço geográfico é histórico, pois muitos institutos agrotécnicos federais espalhados no território mineiro sempre serviram como relevantes ativadores das forças locais.

A pesquisa preliminar *in loco* das unidades de educação profissional e tecnológica em pequenas aglomerações demográficas, já aponta a importância dos Institutos Federais e Cefet-MGs, criados a partir de 2008. Testificando esse fato tem-se como exemplo histórico os *campi* de Inconfidentes, Machado e Muzambinho no sul de Minas Gerais, como exemplo mais recente, as muitas unidades criadas no IFNMG, a partir de 2008, em pouco tempo se tornaram viscerais para os pequenos e médios municípios do Norte de Minas.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de modo direto proporciona qualificação da mão de obra, introdução de diálogos entre os atores do território local, atividade de extensão cultural e técnica para as atividades econômicas e ensino de qualidade, o qual oferece a possibilidade de acessar o território regional e nacional para uma maior qualificação. Além de introduzir nos municípios investimentos de espaço físico e usufruto público, incremento no mercado consumidor e avanço do comércio.

Nunca é demais recordar que a criação, existência e manutenção dos Institutos Federais e do Cefet-MG no território mineiro não pode apenas se pautar pela existência dos “possíveis” Arranjos Produtivos Locais ou aglomerações produtivas especializadas, mas somados ao auxílio desses fenômenos produtivos geográficos, também é de relevância estratégica, o apoio ao desenvolvimento social, cultural, político e econômico aos pequenos municípios por intermédio da excelência profissional e tecnológica das unidades de educação federal.

Portanto, a pesquisa proposta pelo Observatório da Educação Profissional e Tecnológica tem

como objetivo central apresentar as instituições federais de ensino como um instrumento para o desenvolvimento territorial local, ativando recursos latentes e podendo atrelar esse desenvolvimento em escalas mais extensas, sempre ressaltando a importância do envolvimento de todos os atores na busca por um processo democrático e sustentável.

## **5 - REFERÊNCIAS**

ALVES, C;J NETO. **A relação entre escola e território na promoção do desenvolvimento local: implicações para as políticas educacionais.** Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas – Centro Universitário de Franca Uni-FACEF – 29 e 30 de outubro de 2008.

BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de Globalização.** Editora UFRGS, Porto Alegre, 2002.

BUENO, D. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma política a ser cravada na História.** Editora Appris, Curitiba, 2015.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: Na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 1996.

PIRES, E. **Território, governança e desenvolvimento: questões fundamentais.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.24-49, ago./dez. AGB, 2016.

OLIVEIRA, M; MARTINELLI, D. **Desenvolvimento Local e Arranjos Produtivos Locais: uma revisão sistemática da literatura.** INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 47-58, jan./jun. 2014.